



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.1

EMENTA:

CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. ARTIGO 429 DA CLT. DECRETO Nº 5.598/2005. O artigo 10 do Decreto nº 5.598/05 (norma jurídica que regulamenta o artigo 429 da CLT) dispõe claramente que o percentual de contratações de aprendizes será definido pelo número de empregados da empresa que atua em atividades que demandem formação profissional, nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Não há previsão de realização de prova pericial técnica para a apuração do número em questão. Requerida que não promoveu a contratação mínima de aprendizes determinada na lei e no decreto regulamentador. Provimento negado.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, sendo recorrente **BUNGE ALIMENTOS S.A** e recorrido **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**.

Inconformada com a sentença que julgou procedente a ação civil pública interposta pelo Ministério Público do Trabalho, recorre a requerida.

Pretende sua absolvição da sentença que a condena a contratar e a manter matriculados nos serviços nacionais de aprendizagem no mínimo seis adolescentes, na condição de aprendizes, sob pena de multa diária. Recorre também da condenação em indenização por dano moral coletivo.

O MPT oferece contra-razões.

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.2

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. ARTIGO 429 DA CLT. DECRETO Nº 5.598/2005.

A sentença condenou a requerida a contratar e a manter a matrícula em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem de no mínimo seis adolescentes, na condição de aprendizes, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por aprendiz que deixar de contratar, valor este destinado ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, seu eventual substituto ou ao FAT.

Inconformada, a demandada recorre alegando que não foi realizada prova técnico-pericial para a identificação das funções que demandam formação profissional, exercidas nos seus quadros, e que serviriam de base de cálculo do percentual preconizado no artigo 9º do Decreto nº 5.598/05. Aduz, inclusive, a nulidade do processo por cerceamento de defesa e, ao final, refere que já havia contratado um aprendiz quando da fiscalização trabalhista, restando ainda a necessidade da contratação de outros cinco, e não como determinado na sentença.

Examina-se.

Dispõe o artigo 429 da CLT, *verbis*: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”.

O dispositivo em questão veio a ser regulamentado pelo Decreto nº 5.598/05, o qual, em seu artigo 10, dispõe que “Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.3

do Trabalho e Emprego. § 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do artigo 62 e do § 2º do art. 224 da CLT. § 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.”.

Como se observa, o decreto estabeleceu critério único para a apuração do número de aprendizes a serem contratados pelas empresas, critério este que tem por fundamento o quanto disposto na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, com relação à necessidade de formação profissional para o desempenho de determinadas ocupações.

A partir da edição da norma referida, portanto, tornaram-se irregulares quaisquer outros critérios até então utilizados para a apuração do número de aprendizes a serem contratados.

Na hipótese dos autos, vê-se que a requerida enviava ao SENAI relação dos seus empregados (por exemplo, fls. 31/32) e este promovia a classificação das atividades sujeitas à formação profissional, utilizando-se, para tanto, de critérios subjetivos aliados a requisitos previstos na própria CBO (escolaridade, experiência profissional, formação profissional e autonomia). Tais critérios eram avaliados por integrantes do próprio SENAI, que consideravam a atividade como sujeita à formação profissional, para seu exercício, quando da conjugação de, pelo menos, três dos critérios antes reproduzidos, o que ficou evidenciado a partir do depoimento do representante do Serviço Social (fl. 71/72) e pelos documentos enviados pelo SENAI ao autor da ação (MPT), no procedimento destinado a verificar a regularidade da contratação de aprendizes (fls. 75 e 78).

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.4

Assim que, conquanto o critério em questão possa ter sido entabulado por representantes do MTE, MPT e sindicato dos trabalhadores nas indústrias metal-mecânicas (fato confirmado até mesmo na petição inicial – fls. 12/13), sendo posteriormente estendido a outros ramos de atividade, perdeu sua vigência e eficácia a partir da edição do mencionado Decreto nº 5.598/05.

A utilização da CBO, por sua vez, prescinde da realização de perícia técnica, como pretende a recorrente, na medida em que compõe estudo completo das ocupações exercidas no mercado de trabalho brasileiro, listando, inclusive, as atividades em que é demandada formação profissional para o seu exercício. Neste sentido, por exemplo, verifica-se que a função *Trainee*, classificada pela própria requerida no código CBO 4110-05 (fl. 32), recebe a denominação geral de Auxiliar de Escritório, na qual estão integrados os empregados que desenvolvem as funções de Auxiliar Administrativo de Pessoal, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Compras, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Estoque, Auxiliar de Promoção de Vendas (administrativo), Auxiliar de Setor de Compras (administrativo), Auxiliar de Supervisor de Vendas (administrativo), Auxiliares Administrativos e de Escritórios, Escriturário.

Como característica do trabalho inerente a todas estas atividades, está expressamente disposto no critério “Formação e experiência” da CBO que *“A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.”*

Ou seja, o fato de a atividade demandar formação profissional está claramente definido, não podendo a definição estabelecida na CBO ser substituída por avaliação do SENAI ou por perícia técnica. Como

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.5

consequência, também descabida a alegação de cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova pericial.

Por fim, no que diz respeito à alegação de que a recorrente já havia contratado um aprendiz, quando da fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, noticiada nos autos, tem-se que a sentença apenas determinou a contratação e a manutenção da matrícula de seis aprendizes, sendo esta a determinação a ser observada pela reclamada.

Nestes termos, correta a decisão de origem que confirmou a contratação de aprendizes, pela requerida, em número inferior ao determinado na lei. Por sua vez, os documentos das fls. 246 e seguintes comprovam o cumprimento da determinação judicial contida na sentença, em sede de antecipação de tutela, o que ora é ratificado no grau de recurso.

Nega-se provimento ao recurso.

2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO.

A requerida foi condenada a pagar uma indenização por dano moral coletivo, em decorrência de sua conduta ilícita, arbitrada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com destinação para o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, seu eventual substituto ou o FAT. Recorre alegando que não cometeu qualquer ato ilícito, porque os argumentos da defesa não foram procrastinatórios ou evasivos, e que o valor da condenação mostra-se exorbitante, além de não poder ser corrigido desde a interposição da ação.

Examina-se.

O dano moral tem **status** constitucional desde o advento da Constituição Federal de 1988, através do inciso V do artigo 5º, pelo qual, literalmente, **“é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”**, e do inciso X do mesmo dispositivo constitucional que diz, **in verbis: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas,**

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.6

assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”.

O dano moral é a lesão sofrida por alguém no seu patrimônio de valores ideais, como a honra e a imagem pessoal e pública. Pinho Pedreira diz que *“a única maneira aceitável de conceituar o dano moral é fazê-lo de modo negativo, como tal considerado o dano não-patrimonial. Está hoje bastante generalizada a definição do dano moral como todo e qualquer dano extrapatrimonial”.* (*In* Ltr, Revista, ano 55-05/553).

No âmbito do Direito do Trabalho, a doutrina e a jurisprudência têm se orientado pelo direito à indenização, reconhecendo que, no contrato de trabalho, pela condição de subordinação e pessoalidade, o trabalhador arrisca permanentemente os seus maiores bens pessoais, quais seja, vida, integridade, dignidade, honra, etc.

Da mesma forma, em se tratando de lesão a direitos sociais, como na espécie, em que se observa a violação ao direito difuso da sociedade de ver uma parcela de seus membros integrar ações de treinamento e aprendizagem propiciadas obrigatoriamente pelas empresas, visando a uma futura colocação destes no mercado de trabalho, tem-se a hipótese do dano moral coletivo, qualificado como aquele que afeta substrato considerável, embora indeterminado, da sociedade, em razão de comportamento ilícito adotado por um dos agentes sociais, no caso, a demandada. Devida, portanto, a indenização, como reconhecido na origem.

Quanto ao valor devido, entende-se que ele deve prestar-se a compensar a ofensa social perpetrada pela atitude da empresa – e daí a correta determinação para o direcionamento da indenização ao Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, seu eventual substituto ou ao FAT -, uma vez que a ré simplesmente ignorou o comando normativo contido no Decreto nº 5.598/05, mantendo um sistema irregular de apuração do número de aprendizes a contratar. A condenação também deve servir

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.7

como fator inibidor de novas práticas lesivas, sem, entretanto, ocasionar perda patrimonial excessiva, em muito superior ao agravo cometido, o que, certamente, também deixaria de configurar interesse social.

Assim que, o valor, sentido no patrimônio daquele que foi responsável pelo ato danoso, deve ser hábil a fazê-lo conscientizar-se de que deve alterar a sua conduta e a penalidade imposta também deve servir de exemplo à sociedade, de qual a reação que a ordem jurídica reserva para tais condutas.

No caso *sub judice*, considerando o fato ocorrido e a sua concentração restrita a uma unidade da reclamada, em Passo Fundo, além do número de aprendizes potencialmente prejudicados (cinco, uma vez que a requerida mantinha um contrato de aprendiz) e seu reflexo mais direto no âmbito da sociedade local, entende-se elevado o valor pedido na inicial e deferido na sentença, o qual ora se reduz a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor este a ser atualizado a partir da data da publicação da sentença, conforme Súmula 362 do STJ.

Apelo parcialmente provido.

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, à **unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso da requerida para reduzir a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) o montante da indenização por dano moral coletivo, valor este a ser atualizado a partir da data da publicação da sentença.**

Intimem-se.

Porto Alegre, 4 de junho de 2009 (quinta-feira).

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ACÓRDÃO

01408-2007-661-04-00-0 RO

Fl.8

DESEMBARGADORA IONE SALIN GONÇALVES

Relatora

Firmado por assinatura digital em 04/06/2009 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Identificador: 089.121.220.090.604-6